

Efeito do Programa *Tekoporã* sobre a incidência de trabalho infanto-juvenil no Paraguai em 2019

Effect of the Tekoporã Program on the incidence of child labor in Paraguay in 2019

Por Anibal David Cuenca López*, Evandro Camargos Teixeira** e Marcia Barroso Fontes***

Fecha de Recepción: 01 de febrero de 2021.

Fecha de Aceptación: 29 de abril de 2021.

RESUMO

A Organização Internacional do Trabalho (OIT) define o trabalho infantil como aquela atividade que priva as crianças de sua infância, seu potencial e sua dignidade, além de prejudicá-las em seu desenvolvimento físico e mental. O fenômeno é mais elevado nos países em desenvolvimento, onde coexistem elevadas taxas de pobreza, desemprego, e informalidade, além da insuficiência do Estado na cobertura institucional, jurídica e educativa para proteger as crianças. No caso do Para-

guai, o trabalho infantil é uma realidade que acomete milhares de crianças e adolescentes, comprometendo o processo de escolarização, impactando dessa forma a integridade física, psicológica e moral dos mesmos. Diante das evidências sobre o avanço do trabalho infantil em todo o mundo, particularmente nos países em desenvolvimento como supracitado, foram implementadas políticas de transferência monetária condicional (TMC). Os programas de TMC têm como objetivo aliviar a pobreza no curto e médio prazo, induzindo ao mes-

* Economista pela Universidad Nacional de Asunción, Paraguai. Mestre em economia e Doutorando em economia doméstica pela Universidade Federal de Viçosa, Minas Gerais-Brasil. Correio eletrônico: acuenca0591@gmail.com

** Economista pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Mestre em Desenvolvimento Econômico pela Universidade Federal do Paraná e Doutor em Economia Aplicada pela Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz pela Universidade de São Paulo. Correio eletrônico: evandro.camargos@gmail.com

*** Doutora em Demografia pelo Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da Universidade Federal de Minas Gerais. Possui graduação e mestrado em Economia Doméstica pela Universidade Federal de Viçosa. Correio eletrônico: mbfontes@ufv.br

mo tempo o investimento na nutrição, saúde e educação das próximas gerações. Um dos principais programas nacionais de TMC no Paraguai é o Programa *Tekoporá*, que proporciona transferências monetárias às famílias em extrema pobreza, que em contrapartida devem matricular seus filhos na escola e submetê-los a exames médicos regulares e vacinações. Diante dos aspectos mencionados, o objetivo deste trabalho é avaliar o efeito do Programa *Tekoporá* sobre a probabilidade de ocorrência de trabalho infanto-juvenil no Paraguai em 2019. Para cumprir tal objetivo, foi estimado um modelo Probit Bivariado, que permite verificar conjuntamente a influência do Programa *Tekoporá* sobre a ocorrência do trabalho infanto-juvenil e frequência escolar das crianças. Os resultados indicam que o Programa *Tekoporá* diminui a probabilidade de ocorrência de trabalho infantil, além de aumentar a frequência escolar das crianças no Paraguai.

Palavras-chave: *Transferência Monetária Condicional, Programa Tekoporá, Paraguai, Probit Bivariado.*

ABSTRACT

The International Labor Organization (ILO) defines child labor as that activity that deprives children of their childhood, their potential and their dignity, in addition to harming them in their physical and mental development. The phenomenon is higher in developing countries, where high rates of poverty, unemployment, and informality coexist, in addition to the state's insufficient institutional, legal and educational coverage to protect children. In the case of Paraguay, child labor is a reality that affects thousands of children and adolescents, compromising the schooling process, thus impacting their physical, psychological and moral integrity. In view of the evidence on the advancement of child labor worldwide, particularly in developing countries as mentioned above, conditional cash transfer (CCT) policies have been imple-

mented. The CCT programs aim to alleviate poverty in the short and medium term, while inducing investment in nutrition, health and education for the next generations. One of the main national programs for TMC in Paraguay is the Tekoporá Program, which provides cash transfers to families in extreme poverty, who in return must enroll their children in school and subject them to regular medical examinations and vaccinations. In view of the aspects mentioned, the objective of this work is to evaluate the effect of the Tekoporá Program on the probability of the occurrence of child and youth work in Paraguay in 2019. To fulfill this objective, a Bivariate Probit model was estimated, which allows to jointly verify the influence of the Tekoporá Program on the occurrence of child and youth work and school attendance of children. The results indicate that the Tekoporá Program decreases the likelihood of child labor, in addition to increasing the school attendance of children in Paraguay.

Keywords: *Conditional Cash Transfer, Tekoporá Program, Paraguay, Bivariate Probit.*

Introdução

O fenômeno do trabalho infantil tem sido debatido de forma contundente por toda sociedade, embora ainda existam muitos desafios quanto a sua superação e erradicação. Especificamente, a discussão gira particularmente em relação ao tipo e tempo de atividade laboral que as crianças estariam submetidas, além da inclusão das atividades domésticas em seu cômputo (Meyer *et al.*, 2020). De acordo com a Organização Internacional do Trabalho (OIT), trabalho infantil pode ser definido como aquela atividade que priva as crianças de sua infância, seu potencial e sua dignidade, além de prejudicá-las no seu desenvolvimento físico e mental. Ele é caracterizado, muitas vezes, como perigoso e prejudicial para o bem-estar físico, mental e moral das crianças. Além disso, interfere na escolarização, uma vez que as priva da possibilidade de assistir às au-

las, eleva o abandono escolar ou exige que o tempo alocado para o estudo seja combinado com trabalho pesado.

Entre as principais causas do trabalho infantil, tem-se a pobreza e os choques de renda (Kassouf, 2007; Monte, 2008; Orraca, 2014; Santacruz, 2016)

Sua incidência é mais elevada nos países em desenvolvimento, onde coexistem elevadas taxas de pobreza, desemprego, e informalidade, além da insuficiência do Estado na cobertura institucional, jurídica e educativa para proteger as crianças (Tovar *et al.*, 2015).

Especificamente, o trabalho infantil no Paraguai é uma realidade que acomete milhares de crianças e adolescentes, comprometendo o processo de escolarização das mesmas, afetando, assim, sua integridade física, psicológica e moral ao desempenhar tarefas inadequadas para seu desenvolvimento (OIT & DGEEC, 2013). O trabalho infantil no país se concentra principalmente no setor agrícola, informal e doméstico, todos caracterizados pelo elevado grau de invisibilidade. Também observa-se de forma considerável e permanente o aumento do trabalho infantil e adolescente nas ruas, sendo este fenômeno mais evidente para a sociedade (Santacruz, 2016).

Segundo a *Encuesta Nacional de Actividades de Niños, Niñas y Adolescentes* (EANA¹), em 2011, a população infantil paraguaia era de 1.880.109 crianças e adolescentes na faixa etária de 5 a 17 anos de idade (40,8% da população total do país), residentes em maior concentração nas zonas urbanas que rurais

(55,1% e 44,9%, respectivamente), mas sem diferenças significativas por sexo. Desse total, 23,5% realizavam alguma atividade econômica, ou seja, 436.419 crianças e adolescentes estavam envolvidos em algum tipo de trabalho, sendo que 2,3% o realizaram nos últimos 12 meses e 74,1% não realizaram nenhuma atividade econômica no referido período (OIT & DGEEC, 2013).

Diante das evidências sobre o avanço do trabalho infantil em todo o mundo, particularmente nos países em desenvolvimento, como já salientado, diversos países membros das Nações Unidas assinaram o Convênio 182 da OIT que estimula a proibição e eliminação das piores formas de trabalho infantil em 1999, assim como a Declaração do Milênio, com ênfase na redução da pobreza e na educação universal no ano 2000. Esses acordos internacionais deram origem a várias políticas nacionais e internacionais voltadas para a redução do trabalho infantil (Arce *et al.*, 2019; Kassouf, 2007)

Nesse sentido, as políticas sociais foram as principais ferramentas para combater a pobreza e o trabalho infantil no mundo. Entre estas políticas de intervenção estatal figuram os programas de transferência monetária condicional (TMC)². Eles têm sido implementados na América Latina a duas décadas, atingindo 25% da população da região e cada vez mais se expandindo para outras partes do planeta. Os programas de TMC visam aliviar a pobreza

1 O Relatório “Magnitud y características del trabajo infantil y adolescente en el Paraguay” apresentou os principais resultados da EANA, realizada em 2011 pela DGEEC. A pesquisa coletou informações diretamente das crianças e adolescentes de 5 a 17 anos de idade e permitiu quantificar, caracterizar e compreender o fenômeno do trabalho infantil no Paraguai.

2 As TMC caracterizam-se pela abordagem multidimensional da pobreza através da justiça social e da prudência macroeconômica. Além disso, impõem sanções pelo descumprimento das condicionalidades. Em contrapartida, as transferências monetárias não condicionais (TMnC) são medidas de curto prazo para alívio da pobreza, não impondo sanções por tal descumprimento, além de possuir condicionalidades relativamente leves.

no curto e médio prazos, induzindo ao mesmo tempo o investimento na nutrição, saúde e educação das próximas gerações (Molina Millán *et al.*, 2020; Monte, 2008; Muñoz-Alvarado, 2016).

O Paraguai também fez parte do Convênio 182 da OIT e tem implementado diversos programas nacionais e internacionais para reduzir a pobreza e erradicar o trabalho infantil. Um dos principais programas nacionais de transferências monetária condicional no país é o “Programa Tekoporá”, que proporciona transferências monetárias às famílias em extrema pobreza, que em contrapartida devem matricular seus filhos na escola e submetê-los a exames médicos regulares e vacinações (Arce *et al.*, 2019).

Assim, o objetivo deste trabalho é avaliar o efeito do Programa Tekoporá sobre a probabilidade de ocorrência de trabalho infanto-juvenil no Paraguai. Para tal, são utilizados os dados provenientes do questionário da *Encuesta Permanente de Hogares Continua* (EPHC) do Paraguai no ano de 2019. A metodologia a ser utilizada consiste na estimação de um modelo Probit Bivariado, que permite verificar diretamente a influência do Programa sobre a ocorrência do trabalho infanto-juvenil no país. Ademais, a metodologia permite verificar interrelação entre diferentes atividades, estimando as alterações na probabilidade de uma criança estar alocada entre trabalho infantil e/ou frequência na escola, associadas a um grupo de variáveis explicativas.

Nesse sentido, o presente estudo busca contribuir com a literatura sobre programas sociais de transferência de renda, especificamente no que concerne as transferências monetárias condicionais no Paraguai, dado que tal análise ainda não foi realizada para o país. Além disso, os resultados podem ser úteis para o desenvolvimento de políticas públicas que objetivem a erradicação do trabalho infantil e adolescente no país.

Para consecução do objetivo central descrito, o trabalho está dividido em mais cinco seções, além desta introdução. Na segunda seção, tem-se a revisão de literatura dos programas de transferências aplicadas no mundo e na América Latina. A terceira seção descreve o principal programa de transferência monetária condicional no Paraguai - *Programa Tekoporá* – foco desse estudo. Em seguida, na quarta seção, é apresentada a metodologia e a base de dados utilizadas, enquanto os resultados são apresentados na quinta seção. Por fim, tem-se as considerações finais.

Revisão de literatura

Os governos dos países em desenvolvimento ao longo dos últimos quinze anos têm recorrido cada vez mais a programas de assistência social para combater a pobreza extrema e a vulnerabilidade. Muitos desses programas, particularmente os de transferências de renda, procuram aumentar os investimentos em capital humano, enquanto outros, como obras públicas, constroem ativos físicos para as famílias mais pobres, o que indiretamente pode aumentar as inversões em capital humano (Alderman *et al.*, 2019) when current children have increased productivities as adults.

Na América Latina (AL), em particular, os programas de transferência de renda adotaram uma abordagem multidimensional para a pobreza, fornecendo renda em conjunto com intervenções simultâneas em saúde, educação e nutrição. Esta abordagem de desenvolvimento humano para a redução da pobreza impõe uma forte ênfase no combate a transmissão intergeracional da pobreza através do investimento em capital humano (Canelas & Niño-Zarazúa, 2019).

Assim, em 2013, os programas de transferência monetária condicional atingiram 135 milhões de pessoas em 17 países da América Latina e Caribe, enquanto os esquemas de transferências monetária não condicional (TMnC) beneficiaram 17 milhões de indi-

víduos nestes países. Os beneficiários representavam aproximadamente 90% dos pobres no caso das TMC, embora estes programas atingissem apenas metade dos extremamente pobres (Vacaflores & LeSage, 2020).

Nesse contexto, através de uma amostra de dezessete países da América Latina durante o período de 2000 a 2017 é possível analisar o percentual do Produto Interno Bruto (PIB) dedicado a programas de transferência de renda. Enquanto apenas Brasil, Equador e México possuíam programas de TMC em vigor em 2000, dedicando uma média de 0,29% do PIB em cada país (o que representou 0,05% do PIB regional total), a popularidade desse tipo de programa levou os outros treze países a oferecer TMC até 2017, atingindo cerca de US\$ 20,4 bilhões de dólares ou quase 0,4% do PIB regional. Assim, enquanto no ano 2000 apenas quatro países forneceram TMnC, representando quase 0,4% do PIB regional, em 2017, as transferências sociais globais (TMnC mais TMC) corresponderam a aproximadamente 1,3% do PIB regional (Vacaflores & LeSage, 2020)

Por outro lado, o percentual de indivíduos abaixo da linha de pobreza total (pobreza extrema e pobreza) dos dezessete países latino-americanos da amostra passou de aproximadamente 41% em 2000 para 20% em 2017 (diminuição de aproximadamente 112 milhões de pessoas), considerando o indicador de 4 dólares internacionais por dia (Vacaflores & LeSage, 2020). Além disso, segundo dados do Banco mundial, a taxa de mortalidade infantil na AL diminuiu de 43,8 por cada 1000 nascimentos vivos em 1990 para 14,9 por 1000 nascimentos vivos em 2016 (Blofield, 2019).

A experiência positiva da transferência monetária condicional implementada na América Latina teve como resultado o apoio das organizações internacionais para replicar os programas sociais de transferência de renda em outras regiões emergentes e em desenvolvimento, como na África. Assim, desde 2010,

metade dos países possuíam alguma forma de TMnC na África Subsaariana (ASS). É importante ainda ressaltar que o modelo de transferência de renda implementado na ASS apresenta diferenças substanciais em relação àquele utilizado na AL, como a ausência de condicionalidade ou condições suaves que não impõem sanções por descumprimento. Além disso, ao contrário da AL, a abordagem do modelo africano lida com medidas de curto prazo contra a pobreza e envolve o fornecimento de dinheiro para cobrir a escassez de renda mínima para a compra de alimentos e satisfação de outras necessidades básicas (Scarlato & d'Agostino, 2019).

Do mesmo modo, em outras partes do mundo, as pensões sociais tornaram-se parte integrante dos sistemas nacionais de proteção social; contudo, na maioria dos casos, elas permanecem limitadas, cobrindo apenas cerca de 1% da população mais pobre do mundo. Nesse sentido, a transferência de renda pura tem sido uma modalidade utilizada para a distribuição de benefícios em termos de bem-estar social na Europa, Ásia Central, Ásia Oriental e Pacífico, assim como na região do Médio Oriente e Norte da África, com taxas de cobertura na ordem de 32,5%, 20% e 6% das famílias mais pobres, respectivamente (Villa & Niño-Zarazúa, 2019).

Voltando à questão dos programas de TMC, existe um vasto conjunto de evidências empíricas de que eles têm efeitos importantes sobre os níveis de pobreza e trabalho infantil. Além disso, os incentivos monetários são particularmente importantes quando associam a ajuda monetária à frequência escolar obrigatória. Isso é feito através de condições explícitas que são monitoradas e aplicadas com diferentes graus de esforço e eficácia nos países latino-americanos (Canelas & Niño-Zarazúa, 2019).

Nesse sentido, com a finalidade de analisar o efeito da assistência social em 14 países da América Latina, além de realizar estudos

individuais para China, Uruguai, Indonésia, Bolívia, Chile, Lesoto e Equador, Niño-Zarazúa (2019) verificou a evolução empírica recente da assistência social no contexto de importantes transições demográficas. Entre os principais resultados destaca-se o efeito da assistência social na redução da pobreza, embora exista variação considerável entre as regiões do mundo, além de depender muito das características e desenho dos programas, sua escala, escopo e generosidade.

Por sua vez, Alderman *et al.* (2019) estimaram o valor presente descontado dos benefícios sociais do programa *Progres-a-Oportunidades-Prospera* (POP), que é o principal programa de transferência de renda do México. Para tal, foi construída uma grade dos benefícios totais das transferências do POP, que depende da frequência no ensino médio, incluindo o valor social de aumento do consumo pelos pobres sob diferentes valores assumidos para um parâmetro que mede o bem-estar social. Os resultados demonstram que o trabalho infantil masculino se reduz em 28,6% na faixa etária de 12 a 16 anos nas famílias beneficiadas pelo programa.

Outro estudo desenvolvido por Canelas & Niño-Zarazúa (2019) investigou os impactos do *Bono Juancito Pinto* (BJP) na escolaridade e no mercado de trabalho das crianças em idade escolar na Bolívia no período 2005-2013. Para medir o efeito do Programa sobre a escolaridade, a incidência e a intensidade do trabalho infantil, utilizou-se o estimador de diferenças em diferenças (DD). No geral, foram encontradas evidências de que o programa tem sido bem-sucedido no aumento das taxas de matrícula escolar, no entanto não foram observadas evidências de efeitos positivos sobre o trabalho infantil.

Nessa mesma linha, Forero-Quiroga (2006) avaliou o impacto das famílias beneficiárias do Programa *Familias en Acción* da Colômbia, através da estimação dos modelos *Propensity Score Matching* (PSM) e Diferenças em

Diferenças. As principais conclusões indicam que ser beneficiário do programa de transferência de renda diminuiu a probabilidade das crianças e adolescentes apenas trabalharem, estudarem e trabalharem ou estarem ociosos em relação a opção de apenas estudarem.

No caso brasileiro, Araújo *et al.* (2010) investigaram os impactos do programa Bolsa Família sobre a alocação entre quatro grupo de atividades (só estuda; trabalha e estuda; apenas trabalha; ou nem estuda nem trabalha) das crianças e adolescentes na faixa etária de 7 a 15 anos, que residiam na área urbana através do método de PSM. Os referidos autores concluíram que no que pese o fato de o Programa não ter grande impacto na redução do trabalho infantil, ele apresenta resultados positivos relativos ao aumento da frequência escolar e diminuição da ociosidade das crianças e adolescentes beneficiários. Seguindo essa mesma linha, (A. A. de Araújo *et al.*, 2014) verificaram que o programa Bolsa Família tem sido eficaz para diminuir o trabalho infantil no Nordeste brasileiro, porém foi ineficaz na redução do trabalho infantil doméstico.

Da mesma forma, Cacciamali *et al.* (2010), através da estimação de um modelo Probit Bivariado, analisaram o impacto do programa Bolsa Família sobre a incidência de trabalho infantil e atendimento escolar das crianças no Brasil em 2004. Os resultados indicam que o programa é eficiente para elevar a frequência escolar das crianças, mas não conseguiu reduzir o trabalho infantil. Pelo contrário, ser beneficiário do Programa elevou a probabilidade de incidência de trabalho infantil das famílias mais vulneráveis.

Do mesmo modo, Machado & Oliveira (2014) estudaram os determinantes do trabalho infantil entre crianças de 10 e 14 anos no estado do Rio Grande do Sul, Brasil, em 2010, com ênfase no impacto dos programas de transferência de renda (Programa Bolsa Família e o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil) a partir de um mode-

lo Probit Bivariado Recursivo. Os resultados demonstraram que à medida que a idade do indivíduo aumenta, maior é a probabilidade de participação no mercado de trabalho, assim como de residência na zona rural. Além disso, os programas de transferências de renda não foram capazes de afetar as decisões das famílias e, portanto, reduzir o trabalho infantil.

No caso do Paraguai, utilizando dados da EANA 2011, foram analisados os determinantes do trabalho infantil através de um modelo Probit Bivariado. Os resultados demonstraram que a maior escolaridade de filhos e pais reduz a probabilidade de participação no mercado de trabalho por parte das crianças. Pelo contrário, a idade e residir na área rural aumentam as chances de as crianças estarem alocadas no mercado de trabalho (OIT & DGEEC, 2013).

Programa *Tekoporã*

Segundo o Manual Operacional do Programa *Tekoporã*, elaborado pela (Secretaria de Acción Social, 2016), *Tekoporã* é um programa social implementado em 2005 pela Secretaria de Ação Social (SAS) do Paraguai, hoje Ministério de Desenvolvimento Social (MDS), que visa a proteção e promoção de famílias em situação de pobreza e vulnerabilidade. O principal objetivo do Programa é melhorar a qualidade de vida da população participante, facilitando o exercício dos direitos a alimentação, saúde e educação, por meio da ampliação da utilização dos serviços básicos e do fortalecimento das redes sociais, a fim de erradicar a transmissão intergeracional da pobreza. Além disso, o Programa também visa dar apoio sociofamiliar e comunitário, através de um acompanhamento sistemático que facilite o cumprimento das corresponsabilidades, criando capacidades de trabalho familiar e comunitário, além de condições que garantam a participação cidadã e aumentem os recursos financeiros das famílias participantes.

Seu objetivo é contribuir para a melhoria do capital humano e social por meio de transferências com corresponsabilidade às famílias em situação de extrema pobreza em áreas urbanas e rurais. Para tal, o Programa busca garantir o acesso à saúde, educação e segurança alimentar para crianças, gestantes, idosos, comunidades indígenas e pessoas com deficiência. A transferência implica a corresponsabilidade dos beneficiários, o que se traduz na obrigatoriedade de manter os menores de 18 anos nas escolas. Eles também devem comparecer aos postos de saúde periodicamente para receber os cuidados básicos de saúde e vacinação (OIT & DGEEC, 2013).

As transferências monetárias são constituídas por um valor fixo, denominado “Bônus Alimentação” e um valor variável denominado “Bônus Família”, vinculado ao número de pessoas elegíveis no domicílio, ou seja, meninos e / ou meninas de 0 a 18 anos, gestantes, idosos, pessoas com deficiência (leve ou grave). No caso de famílias pertencentes a comunidades indígenas, o valor é único.

De acordo com o manual operacional do Programa *Tekoporã*, os requisitos para acesso ao Programa são os seguintes: domicílios em situação de pobreza e vulnerabilidade com crianças de 0 a 14 anos e / ou adolescentes de 15 a 18 anos; mulheres grávidas; pessoas com deficiências; ou pertencer a uma comunidade indígena (Secretaria de Acción Social, 2016).

De acordo com o Relatório de gestão da SAS elaborado pelo Ministerio de Hacienda (2016), o número de famílias beneficiadas pelo programa *Tekoporã* foi de 101.440 até 2014. Isso significa que mais de 551.000 pessoas em situação de pobreza e vulnerabilidade receberam transferência de renda. Além disso, o Programa beneficiou 326.294 crianças e adolescentes até 2018, que representavam cerca de 40% dos beneficiários do programa, sendo a grande maioria residentes em áreas rurais (Arce *et al.*, 2019).

Metodologia

a. Modelo Probit Bivariado (Biprobit)

Neste estudo, pretende-se avaliar o efeito do Programa *Tekoporá* sobre a probabilidade de ocorrência de trabalho infanto-juvenil no Paraguai. Nesse sentido, segundo Forero-Quiroga (2006), deve-se levar em consideração que as famílias maximizam uma função utilidade em relação ao consumo atual e futuro. O tempo das crianças pode ser usado para aumentar o consumo atual através de seu trabalho, para acumular capital humano ou para dedicar-se ao lazer. Desse modo, os pais utilizam o trabalho infantil como estratégia de sobrevivência quando outras fontes de renda são inadequadas para satisfazer as necessidades básicas da família (Dinku, 2019).

Portanto, como ambas as atividades estão estreitamente relacionadas, emprega-se uma metodologia que permite analisar a interrelação entre estas duas atividades, estimando as mudanças na probabilidade de que uma criança esteja realizando trabalho infantil e frequentando a escola (OIT & DGEEC, 2013). Existem várias maneiras de modelar a determinação do trabalho infantil, que dependem, particularmente, das hipóteses sobre a tomada de decisão por parte da família no que concerne a alocação do tempo da criança. Nesse trabalho, será estimado um modelo Probit Bivariado, que apresenta a característica de não impor qualquer formato específico para a tomada de decisão, mas de supor que as duas opções se relacionam entre si de alguma forma (Cacciamali *et al.*, 2010).

Nesse sentido, a probabilidade de participação no mercado de trabalho e a probabilidade de estudar são variáveis dependentes, e são diretamente observadas. A fim de captar a probabilidade de participação, é construída uma variável binária que assume valor igual a 1 se a criança ou adolescente trabalha ou está a procura de trabalho, e igual a 0 se estiver fora do mercado de trabalho. Igualmente, a

frequência na escola é captada através de uma variável binária que assume valor igual a 1 quando a criança ou adolescente frequenta alguma instituição educacional e igual a 0, caso contrário. Para estimar a relação entre as duas atividades, utiliza-se o modelo Probit Bivariado, que permite estimar duas equações, com erros correlacionados (Cunha & Vasconcelos, 2015).

Assim, as variáveis de interesse podem estar correlacionadas, como acontece no caso de participação no mercado de trabalho e frequência na escola, sem que haja problemas com as estimativas dos parâmetros.

Portanto, este método permite construir dois Probits univariados para estimar conjuntamente a relação entre as decisões de trabalhar/estudar, permitindo dessa forma que os resíduos de cada regressão possam estar correlacionados (Ferreira-Batista & Cacciamali, 2012).

Assim, diante do que foi exposto, o modelo pode ser expresso da seguinte forma:

$$Y_{1i}^* = X_i\beta_1 + \mu_{1i}$$

$$Y_{1i} = 1 \text{ se } Y_{1i}^* > 0; Y_{1i} = 0 \text{ caso contrário (1)}$$

$$Y_{2i}^* = X_i\beta_2 + \mu_{2i}$$

$$Y_{2i} = 1 \text{ se } Y_{2i}^* > 0; Y_{2i} = 0 \text{ caso contrário (2)}$$

Em que que a primeira variável binária (Y_{1i}) indica se a criança ocupava algum posto de trabalho na semana de referência ou não, enquanto a segunda variável binária (Y_{2i}) informa se a criança frequenta escola ou não na semana de referência. X_i representa o vetor, que contém as variáveis explicativas referentes às características das crianças, características familiares e dos domicílios, que afetam ambas as decisões. A escolha simultânea dessas duas opções implica em quatro resultados diferentes e excludentes entre si: só trabalha ($Y_{1i} = 1$ e $Y_{2i} = 0$); só estuda ($Y_{1i} = 0$ e $Y_{2i} = 1$); estuda e trabalha ($Y_{1i} = 1$ e $Y_{2i} = 1$); e nem estuda nem trabalha ($Y_{1i} = 0$ e $Y_{2i} = 0$).

Se as duas decisões são correlacionadas, tem-se que os erros dos dois modelos são independentes entre si ($\rho = Cov(\mu_1, \mu_2) \neq 0$), onde a probabilidade de uma opção depende da outra, sendo determinadas conjuntamente. Por outro lado, caso $\rho=0$, as escolhas de estudo e trabalho não se correlacionam entre si e os Probits não precisam ser estimados conjuntamente. Além dos coeficientes β_1 e β_2 o Probit Bivariado também permite a estimação da probabilidade prevista das quatro combinações possíveis apontadas anteriormente (Caciamali *et al.*, 2010; Sobreira *et al.*, 2016).

b. Fonte de dados e variáveis

Os dados utilizados neste estudo são provenientes da *Encuesta Permanente de Hogares continua* (EPHC) 2019, realizada pela Direção-Geral de Estatística, Pesquisas e Censos (DGEPC) do Paraguai através do inquérito entrevista.

Este é um inquérito domiciliar nacional representativo da população paraguaia. O principal objetivo da EPHC 2019 é gerar indicadores relacionados com o emprego, o desemprego, os rendimentos e outras características sociais e econômicas, incluindo contribuições em termos de assistência social, que permitam conhecer a evolução do bem-estar da população paraguaia. Também coleta informações sobre a participação dos indivíduos em atividades de mercado remuneradas ou não, para uma empresa privada e/ou familiar, e o número de horas atribuídas a essas atividades. Por outro lado, não há informações sobre atividades domésticas e de lazer.

A pesquisa é direcionada à população que reside habitual ou permanentemente em residências particulares. A cobertura geográfica abrange indivíduos que residem em residências particulares em quinze departamentos, além da capital do país (Assunção), divididos em área urbana e rural. A coleta de dados é realizada entre os meses de janeiro a dezembro de 2019. O tamanho de amostra da EPHC é

de 4.000 famílias nos primeiros três trimestres e de 6.000 famílias para o quarto trimestre. O esquema utilizado corresponde a uma amostra semi-painel com rotação de 50% das famílias a cada 2 anos consecutivos.

Cabe ainda salientar que a EPHC apenas coleta dados sobre atividades econômicas desenvolvidas pela população com 10 anos ou mais de idade. Portanto, o foco da análise nesse estudo são crianças e adolescentes na faixa etária de 10 a 17 anos. Também é importante salientar que no Paraguai após a ratificação da Convenção 138 da OIT, a idade mínima para admissão ao emprego é de 14 anos. Isso significa que todos os tipos de ofícios realizados por menores de 14 anos serão considerados como trabalho infantil e o trabalho realizado por pessoas entre 14 a 17 anos será classificado como trabalho adolescente de acordo com a legislação nacional.

No que tange o modelo Probit Bivariado estimado, as variáveis de resposta classificam-se em quatro categorias: 1) Estuda; 2) Trabalha; 3) Estuda e Trabalha; 4) Nem Estuda e Nem Trabalha. Estas variáveis destinam-se a captar o efeito do Programa Tekoporá sobre o trabalho infantil e a escolaridade das famílias beneficiadas. Além disso, serão incluídas outras variáveis de controle apontada na literatura, que impactam na decisão familiar de alocar as crianças e adolescentes entre as diferentes categorias relacionadas ao trabalho infantil e frequência escolar. As variáveis explicativas selecionadas são apresentadas no Quadro 1, abaixo.

Quadro 1
Variáveis explicativas inseridas no modelo Probit Bivariado (Biprobit)

Variáveis	Descrição	Sinal esperado
Variável dependente		
trab_inf	Dummy que assume valor igual a 1 caso a criança ou adolescente estivesse ocupada na semana de referência, e 0 caso contrário.	-
estuda	Dummy que assume valor igual a 1 caso a criança ou adolescente frequentasse a escola na semana de referência, e 0 caso contrário.	-
Variáveis explicativas		
Características das crianças e adolescentes		
menino	Dummy que assume valor igual a 1 se a criança ou adolescente é do sexo masculino, e 0 caso seja do sexo feminino.	Espera-se sinal positivo na relação entre gênero masculino e realização de trabalho infantil (Machado & Oliveira, 2014; OIT & DGEEC, 2013).
idade_criança	Idade da criança ou adolescente medida em anos, que está no intervalo de 10 a 17 anos.	Espera-se sinal positivo na relação entre idade e incidência de trabalho infantil (Machado & Oliveira, 2014; Tovar <i>et al.</i> , 2015).
lingua_criança	Dummy que assume valor igual a 1 se a criança ou adolescente fala guaraní, e 0 caso contrário.	Espera-se sinal positivo na relação entre a língua guaraní e incidência de trabalho infantil (OIT & DGEEC, 2013).
Características familiares		
homem_chefe	Dummy que assume valor igual a 1 se a pessoa de referência no domicílio é do sexo masculino, e 0 caso seja do sexo feminino.	Espera-se sinal negativo na relação entre o fato de o chefe ser do sexo masculino e incidência de trabalho infantil (Sobreira <i>et al.</i> , 2016).

chefe_ocupado	Dummy que assume valor igual a 1 se o chefe de domicílio estava ocupado na semana de referência, e 0 caso contrário.	Espera-se sinal negativo na relação entre ocupação do chefe de família e incidência de trabalho infantil (Cacciamali <i>et al.</i> , 2010).
Características dos domicílios		
num_pes_dom	Número de pessoas residentes nos domicílios.	Espera-se sinal positivo na relação entre maior número de pessoas residentes nos domicílios e incidência de trabalho infantil (Machado & Oliveira, 2014).
urbano	Dummy que assume valor igual a 1 se o domicílio de residência está localizado na zona urbana; e 0 na zona rural.	Espera-se sinal negativo na relação entre residir na zona urbana e incidência de trabalho infantil (OIT & DGEEC, 2013; Sobreira <i>et al.</i> , 2016).
<i>Dummies</i> que indicam o departamento de residência	D1 (Assunção), D2 (Concepción), D3 (San Pedro), D4 (Cordillera), D5 (Guairá), D6, (Caaguazú), D7 (Caazapá), D8 (Itapúa), D9 (Misiones), D10 (Paraguari), D11 (Alto Paraná), D12 (Central), D13 (Ñeembucú), D14 (Amambay), D15 (Canindeyú), D16 (Pte. Hayes); sendo D1 a base.	Sinal a ser verificado empiricamente.
Tekopora	Dummy que assume valor 1 se a família é beneficiária do programa de transferência de renda condicional <i>Tekoporã</i> , e 0 caso contrário	Sinal a ser verificado empiricamente.

Fonte: Elaboração própria.

Resultados

a. Análise descritiva

Nesta subseção, é apresentada a análise das estatísticas descritivas do trabalho infanto-juvenil e frequência escolar das crianças e adolescentes segundo o local de residência, gênero e departamentos, assim como o acesso ao Programa de transferência monetária condicional (*Tekoporã*) no Paraguai.

De acordo com o Quadro 2, observa-se a distribuição percentual das atividades das crianças e adolescentes segundo sexo e área de residência. É possível concluir que a maior parte da população infanto-juvenil que estuda e trabalha reside na área rural (61.59%), e por conseguinte, os que trabalham e não estudam (68.44%) e não trabalham nem estudam (62.60%) apresentam percentuais mais elevados na referida localidade. Em contraste com este cenário, a concentração de indivíduos que só estudam é maior na zona urbana (54.87%).

Quadro 2

Proporção de crianças e adolescentes de 10 a 17 anos segundo a condição de atividade por gênero e área de residência em 2019.

Área	Trabalha e estuda	Trabalha e não estuda	Não trabalha e estuda	Não trabalha nem estuda
Urbana	38.41%	31.56%	54.87%	37.40%
Rural	61.59%	68.44%	45.13%	62.60%
Total	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%
Gênero	Trabalha e estuda	Trabalha e não estuda	Não trabalha e estuda	Não trabalha nem estuda
Masculino	69.82%	77.19%	47.08%	38.23%
Feminino	30.18%	22.81%	52.92%	61.77%
Total	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da EPHC (2019).

O Paraguai é um país cuja economia depende primordialmente da produção no setor primário (agrícola, florestal, pecuário, pesca ou piscicultura). Sendo assim, a agricultura e a pecuária são os setores de maior envolvimento por parte dos meninos, meninas e adolescentes (5 a 17 anos de idade) em situação de trabalho infantil no país (OIT & DGEEC, 2016). Em conformidade com a pesquisa realizada pela EANA (2011), é possível constatar que a nível nacional, 42% das crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil de 10 a 17 anos realizaram trabalho no campo ou fazenda. Nesse sentido, para cada criança ou adolescente que exerce alguma atividade laboral na zona urbana, tem-se duas crianças ou adolescentes realizando algum trabalho na zona rural (OIT & DGEEC, 2013). Além disso, a atividade de trabalho dos meninos, meninas e adolescentes no setor agrícola é praticamente permanente ao longo do ano (90,3% declararam ter trabalhado os doze meses do ano). Ainda, o trabalho infantil rural é intensivo na semana, ou seja, 3 em cada 4 crianças e adolescentes trabalhavam em sua ocupação principal no setor agrícola entre 6 e 7 dias por semana (40,5%

trabalha os sete dias da semana e 34,1% seis dias), exigindo-lhes em média 10,6 horas semanais de trabalho, o que equivale a uma média diária de aproximadamente 1 hora e meia (OIT & DGEEC, 2016).

Em relação ao gênero infanto-juvenil, no geral, os meninos desenvolvem mais atividades laborais que as meninas. Percebe-se dessa forma que 69.82% das crianças e adolescentes do sexo masculino estudam e trabalham, e 77.19% só trabalham. Por outro lado, a maior porcentagem de crianças e adolescentes que só estudam, ou que não exercem nenhuma atividade, são meninas, e correspondem a, respectivamente, 52.92% e 61.77%. Similarmente, segundo os resultados da (OIT & DGEEC, 2013), a incidência de trabalho infantil é maior para indivíduos do sexo masculino, ou seja, para cada 2 meninos ou adolescentes do gênero masculino tem-se uma menina ou adolescente do sexo feminino na mesma condição. Em contrapartida, as tarefas domésticas estão estreitamente vinculadas às meninas, sem importar a faixa etária e área de residência. Por conseguinte, as meninas empregam o dobro de horas em relação aos meninos (11,6

versus 6,2 horas semanais em média) para desenvolver as tarefas domésticas.

Após as observações da distribuição percentual das condições de atividade por área e gênero das crianças e adolescentes, no Quadro 3 tem-se a distribuição departamental das atividades infanto-juvenil no Paraguai. Assim, é possível verificar quais são os departamentos que apresentam taxas mais elevadas de meninos(as) realizando atividades laborais, além de frequentar a escola, na seguinte ordem: Guairá (18.91%), Caazapá (18.36%) e Canindeyú (17.66%). Por sua vez, os departamentos com maiores taxas de crianças e adolescentes que apenas trabalham são Canindeyú (17.66%), Itapúa (6.12%) e Caaguazú (5.65%). Por outro lado, os departamentos que apresentam maiores taxas de frequência escolar são Assunção (92.22%), capital do Paraguai, Central (89.18%) e Presidente Hayes (88%). Por fim, as crianças e adolescentes que não realizam nenhuma atividade estão majoritariamente localizadas em Caaguazú (5.83%), Concepción (5.78%), Amambay (5.71%).

No geral, é possível observar que as taxas de crianças e adolescentes que não frequentam a escola (trabalha e não estuda; não trabalha e nem estuda) é muito elevada em vários departamentos. Nesse contexto, conclui-se que o sistema educacional paraguaio não conseguiu absorver toda a procura potencial de educação

básica e de ensino médio das crianças e adolescentes, sendo mais grave a situação particularmente para os últimos à medida que se aproxima a maioridade civil. Nesse sentido, tem-se uma elevada percentagem de meninos(as) não matriculados na escola ou que apenas permanecem no sistema educacional de forma adequada até os 12 anos. Logo, é possível inferir que uma grande parcela da população do país tem abandonado o sistema educacional com aproximadamente 5 a 6 anos de escolaridade (OIT & DGEEC, 2013).

O elevado número relativo de crianças e adolescentes que executam atividades laborais deve-se às características regionais dos departamentos, que apresentam diferentes índices de pobreza, desigualdade e desenvolvimento. Nessa perspectiva, o Paraguai é um dos países mais desiguais do mundo em relação à distribuição de renda e acesso a terra. Embora a desigualdade de rendimentos tenha diminuído nos últimos anos, ela continua elevada em comparação com os demais países da América Latina e com os países da OCDE. Ademais, os principais fatores que denotam o nível de desigualdade têm evoluído lentamente, tais como os indicadores que medem a qualidade do emprego, trabalho assalariado e emprego informal (OCDE, 2018; Serafini & Molinier, 2018).

Quadro 3

Proporção de crianças e adolescentes de 10 a 17 anos segundo a condição de atividade por departamento em 2019.

Departamento	Trabalha e estuda	Trabalha e não estuda	Não trabalha e estuda	Não trabalha e nem estuda
Assunção	5.28%	0.28%	92.22%	2.22%
Concepción	16.47%	3.18%	74.57%	5.78%
San Pedro	14.74%	5.64%	74.42%	5.20%
Cordillera	11.37%	2.37%	83.65%	2.61%
Guairá	18.91%	4.81%	71.15%	5.13%
Caaguazú	13.78%	5.65%	74.73%	5.83%
Caazapá	18.36%	4.42%	71.90%	5.31%
Itapúa	11.75%	6.12%	76.62%	5.51%
Misiones	10.56%	1.67%	85.83%	1.94%
Paraguarí	11.76%	2.35%	83.92%	1.96%
Alto Paraná	9.54%	4.24%	80.65%	5.57%
Central	6.77%	1.47%	89.18%	2.58%
Ñeembucú	8.23%	2.53%	87.34%	1.90%
Amambay	16.29%	4.57%	73.43%	5.71%
Canindeyú	17.66%	6.94%	70.04%	5.36%
Pdte. Hayes	6.00%	2.80%	88.00%	3.20%

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da EPHC (2019).

Além disso, a pobreza é caracterizada por dimensões estruturais e de exclusão social que afetam principalmente as crianças, adolescentes, povos indígenas e mulheres. Consequentemente, por área de residência, observa-se que a pobreza e a extrema pobreza rural se mantêm em níveis mais elevados em comparação com a zona urbana. Esta situação reflete a existência de uma economia rural dual, com dois setores distintos: a agricultura empresarial, intensiva em capital; e a agricultura de pequena escala

ou familiar, intensiva em mão-de-obra (Garricoche, 2015). Posto isso, os departamentos apresentam diferentes taxas de pobreza e desigualdade (Serafini & Molinier, 2018). Por conseguinte, a pobreza e a desigualdade são problemas que afetam o país de forma heterogênea, mas as diferenças a nível municipal são ainda maiores (Santander & Robles, 2004).

Além disso, a pobreza diminui significativamente o potencial e possibilidades de um futuro promissor para as crianças. De modo

geral, as crianças pobres encontram-se em pior situação nos domínios da educação, saúde e nutrição em relação àquelas não pobres. Ademais, a pobreza se correlaciona fortemente com resultados negativos a curto, médio e longo prazo, tais como elevadas taxas de mortalidade infantil, desnutrição, menor desempenho e aumento da deserção escolar para além do aumento do trabalho infantil, entre outras consequências sociais indesejáveis (Bruno & Osorio, 2015).

Por fim, no Quadro 4, abaixo, tem-se a distribuição percentual do Programa *Tekoporã* por área geográfica e departamental. Observa-se

que os departamentos que apresentam maiores taxas de beneficiários (as) do programa de transferência monetária condicional são Caazapá (13.44%), Guairá (11.11%) e San Pedro (10.38%). Além disso, no que concerne a área urbana, os indivíduos que residem nos departamentos de Ñeembucú (17.44%), Caaguazú (13.32%) e Concepción (9.25%) têm maior acesso ao Programa. Do mesmo modo, na área rural, os departamentos com maior percentual de beneficiários pertencem aos departamentos de Caazapá (15.44%), Itapúa (11.50%) e Guairá (11.41%), respectivamente.

Quadro 4

Distribuição percentual de beneficiários (as) do Programa *Tekoporã* por departamento e segundo área de residência em 2019.

Departamento	Urbana	Rural	Total
Assunção	2.49%	0.00%	0.51%
Concepción	9.25%	8.49%	8.64%
San Pedro	8.54%	10.86%	10.38%
Cordillera	2.49%	2.10%	2.18%
Guairá	9.96%	11.41%	11.11%
Caaguazú	10.32%	9.22%	9.44%
Caazapá	5.69%	15.42%	13.44%
Itapúa	3.56%	11.50%	9.88%
Misiones	6.76%	6.39%	6.46%
Paraguarí	2.85%	4.29%	3.99%
Alto Paraná	4.98%	5.02%	5.01%
Central	4.63%	0.55%	1.38%
Ñeembucú	17.44%	3.65%	6.46%
Amambay	2.85%	3.10%	3.05%
Canindeyú	4.98%	4.65%	4.72%
Pdte. Hayes	3.20%	3.38%	3.34%

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da EPHC (2019).

Portanto, é possível concluir que os departamentos que recebem maiores recursos do programa de transferência monetária condicional são aqueles que apresentam maiores níveis de pobreza, considerando que o escopo do Programa *Tekoporá* são famílias que estão abaixo da linha de pobreza e extrema pobreza, com crianças ou adolescentes em idade escolar, ou famílias com mulheres grávidas, pessoas com deficiência e comunidades indígenas. Nessa perspectiva, os departamentos que apresentaram maiores taxas de extrema pobreza monetária no período de 2019 foram Caazapá (9.4%), San Pedro (8.3%), e Itapúa (6%). Da mesma forma, os departamentos com taxas de pobreza mais elevadas foram Caaguazú (31.8), San Pedro (29%) e Caazapá (26.5%). Em contrapartida, os departamentos com menores níveis de extrema pobreza foram: a capital Assunção (0.3%) e Central (0.8%). Por conseguinte, os mesmos departamentos apresentaram a taxas de pobreza mais baixas, 12.3% e 12.2% respectivamente (DGEEC, 2020).

b. Resultados econométricos

Nesta subseção, são apresentados os resultados da estimação do modelo Probit Bivariado (biprobit), vide Tabela 1, abaixo, com o intuito de identificar diferentes fatores condicionantes da decisão das crianças e adolescentes entre 10 e 17 anos de idade entre trabalhar (primeira coluna) e estudar (segunda coluna) no Paraguai em 2019. Além disso, são apresentados os efeitos marginais dessas variáveis, em termos percentuais, sobre cada decisão conjunta de estudar e/ou trabalhar (colunas 3 a 6). Cabe ainda salientar que se optou por interpretar somente os resultados que se revelaram estatisticamente significativos.

Inicialmente, é importante analisar o coeficiente *rho* ($\rho = -0.2784$) gerado a partir da estimação do modelo, que mede a correlação entre os termos de erro das duas equações. O valor do coeficiente foi significativo e negativo para o modelo geral, indicando que há in-

terdependência entre as decisões de trabalho e estudo infanto-juvenil. Assim, se justifica a escolha do modelo Biprobit para estimar os resultados.

A partir dos resultados da supracitada Tabela 1, no que concerne variável foco do presente estudo (*Tekoporá*), que indica se a família é beneficiária do programa de transferência monetária condicional, verifica-se que esta foi significativa a 1% tanto para a decisão de trabalho como para a de frequência escolar das crianças e adolescentes (para fins de simplificação, desde agora só crianças) no Paraguai. Assim, se a família recebe renda proveniente do Programa *Tekoporá*, a criança possui menor probabilidade de participar do mercado laboral e maiores chances de frequentar a escola. Os efeitos marginais, também estatisticamente significativos a 1%, denotam que o Programa diminui as chances de que as crianças só trabalhem, estudem e trabalhem, e não realizem nenhuma dessas atividades, além de elevar a frequência à escola. Tais resultados, que foram correspondentes ao esperado, podem ser atribuídos às condicionalidades do programa na medida em que se exige a presença das crianças e adolescentes na escola como condição para que as famílias possam receber o benefício (G. S. Araújo *et al.*, 2010).

Tabela 1
Estimação do modelo Probit Bivariado e seus efeitos marginais sobre a decisão de ocupação das crianças e adolescentes no Paraguai em 2019

Variáveis	Decisão de trabalhar	Decisão de estudar	dy/dx - Nem Nem	dy/dx - Só trabalha	dy/dx - Trab. e Est.	dy/dx - Só estuda
menino	0.6410* (0.0397)	-0.0954** (0.0460)	-0.0015 ^{NS} (0.0028)	0.0089* (0.0012)	0.1050* (0.0062)	-0.1123* (0.0071)
idade_crianca	0.2516* (0.0093)	-0.3118* (0.0140)	0.0160* (0.0009)	0.0080* (0.0007)	0.0367* (0.0015)	-0.0607* (0.0017)
lingua_crianca	0.3458* (0.0468)	-0.4549* (0.0602)	0.0236* (0.0037)	0.0114* (0.0014)	0.0500* (0.0077)	-0.0851* (0.0091)
homem_chefe	-5.9688* (0.1366)	-0.5098 ^{NS} (0.7518)	0.0990** (0.0464)	-0.0598* (0.0135)	-1.0004* (0.0404)	0.9611* (0.0577)
chefe_ocupado	11.7990* (0.1788)	-0.3063 ^{NS} (0.8200)	-0.1161** (0.0512)	0.1397* (0.0187)	1.9560* (0.0678)	-1.9796* (0.0817)
num_pes_dom	0.0133 ^{NS} (0.0091)	-0.0691* (0.0113)	0.0040* (0.0007)	0.0013* (0.0002)	0.0011 ^{NS} (0.0015)	-0.0064* (0.0017)
urbano	-0.1871* (0.0460)	0.2529* (0.0560)	-0.0132* (0.0034)	-0.0063* (0.0012)	-0.0270* (0.0076)	0.0464* (0.0088)
tekopora	-4.4885* (0.1848)	3.2862* (0.2171)	-0.1480* (0.0174)	-0.1049* (0.0115)	-0.6923* (0.0380)	0.9453* (0.0513)
Concepción	0.5612* (0.1535)	-0.2973 ^{NS} (0.1962)	0.0116 ^{NS} (0.0121)	0.0113* (0.0038)	0.0884* (0.0257)	-0.1113* (0.0277)
San Pedro	0.4996* (0.1429)	-0.3497*** (0.1838)	0.0155 ^{NS} (0.0112)	0.0114* (0.0036)	0.0773* (0.0238)	-0.1042* (0.0261)
Cordillera	0.2657* (0.1535)	0.0963 ^{NS} (0.2038)	-0.0089 ^{NS} (0.0125)	0.0015 ^{NS} (0.0038)	0.0457*** (0.0257)	-0.0383 ^{NS} (0.0282)
Guairá	0.6883* (0.1554)	-0.4151** (0.1984)	0.0173 ^{NS} (0.0122)	0.0146* (0.0039)	0.1076* (0.0260)	-0.1396* (0.0282)
Caaguazú	0.5326*** (0.1447)	-0.4010** (0.1826)	0.0182 ^{NS} (0.0112)	0.0126* (0.0036)	0.0820* (0.0242)	-0.1128* (0.0262)
Caazapá	0.6089* (0.1476)	-0.2871 ^{NS} (0.1946)	0.0105 ^{NS} (0.0120)	0.0116* (0.0037)	0.0965* (0.0247)	-0.1186* (0.0268)
Itapúa	0.4920* (0.1388)	-0.4963* (0.1773)	0.0245** (0.0109)	0.0137* (0.0035)	0.0737* (0.0232)	-0.1119* (0.0251)
Misiones	0.3296* (0.1566)	0.0674 ^{NS} (0.2177)	-0.0078 ^{NS} (0.0133)	0.0027 ^{NS} (0.0040)	0.0559** (0.0261)	-0.0507*** (0.0294)

Paraguari	0.2872*	0.1783 ^{NS}	-0.0141 ^{NS}	0.0004 ^{NS}	0.0506***	-0.0369 ^{NS}
	(0.1683)	(0.2289)	(0.0140)	(0.0043)	(0.0280)	(0.0317)
Alto Paraná	0.3951*	-0.5367*	0.0280*	0.0133*	0.0569**	-0.0982*
	(0.1350)	(0.1729)	(0.0107)	(0.0034)	(0.0226)	(0.0243)
Central	0.1712 ^{NS}	-0.2412 ^{NS}	0.0127 ^{NS}	0.0059***	0.0245 ^{NS}	-0.0431***
	(0.1350)	(0.1752)	(0.0108)	(0.0033)	(0.0227)	(0.0244)
Ñeembucú	0.1983 ^{NS}	-0.0933 ^{NS}	0.0034 ^{NS}	0.0038 ^{NS}	0.0314 ^{NS}	-0.0386 ^{NS}
	(0.1892)	(0.2731)	(0.0165)	(0.0052)	(0.0312)	(0.0370)
Amambay	0.7273*	-0.5483*	0.0249**	0.0173*	0.1119*	-0.1541*
	(0.1537)	(0.1950)	(0.0120)	(0.0039)	(0.0257)	(0.0277)
Canindeyú	0.6571*	-0.3939**	0.0164 ^{NS}	0.0139*	0.1028*	-0.1331*
	(0.1437)	(0.1853)	(0.0114)	(0.0036)	(0.0240)	(0.0259)
Pte. Hayes	0.0890 ^{NS}	-0.1887 ^{NS}	0.0104 ^{NS}	0.0041 ^{NS}	0.0117 ^{NS}	-0.0262 ^{NS}
	(0.1832)	(0.2186)	(0.0133)	(0.0043)	(0.0304)	(0.0341)
Constante	-5.5554*	6.8404*				
	(0.2060)	(0.2809)				
athrho	-0.2859*	(0.0325)				
rho	-0.2784*	(0.0300)				
Observações			8308			

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da EPHC (2019).

Nota: * significativo a 1%. ** significativo a 5%. *** significativo a 10%. Erros-padrão entre parêntese ().

Da mesma forma, o Programa TMC *Avance-mos* da Costa Rica teve impacto positivo sobre a reinserção e negativo sobre a deserção dos alunos do sistema educacional (Mata & Hernández, 2015). Forero-Quiroga (2006) também demonstrou que o Programa *Familias en Acción* conseguiu reduzir a inatividade (não estudam nem trabalham), além de aumentar a frequência escolar das crianças beneficiárias do programa de TMC, embora também tenha apresentado efeito positivo sobre o fato de as crianças combinarem ambas as atividades (trabalho e estudo), assim como também elevou a proporção de crianças que só trabalham. Do mesmo modo, G. S. Araújo *et al.*, (2010) evidenciaram que o Programa Bolsa Família do Brasil teve impacto negativo sobre a proporção de crianças que nem trabalham ou estudam, enquanto a proporção de crianças que apenas

estudam apresentou aumento entre as famílias beneficiárias.

Dos trabalhos realizados no Paraguai que analisaram os efeitos do Programa *Tekoporá*, os resultados são, no geral, similares. Segundo a análise do Ministerio de Hacienda (2016), os achados sugerem que o Programa *Tekoporá* teve efeito positivo sobre a taxa de matrículas, além de diminuir a deserção e repetência escolar das crianças. Além disso, o Programa elevou a porcentagem de exames pré-natais e a taxa de mortalidade materna caiu nos municípios onde ele foi implementado em relação aos municípios não contemplados. Nessa linha, González-Delgado (2015) indicou que o Programa *Tekoporá* contribui na formação de capital humano, uma vez que os beneficiários incrementam a frequência escolar em compa-

ração aos não beneficiários, mas o impacto só é significativo para a educação básica.

Além disso, observa-se que se a criança é do sexo masculino, esta tem mais chances de participar do mercado laboral ao invés de frequentar a escola a um nível de significância de 1% e 5% respectivamente. Tal resultado também é observado quando são analisados os efeitos marginais, onde a probabilidade de só trabalhar, estudar e trabalhar aumenta se a criança é do gênero masculino. Em contrapartida, a probabilidade de só frequentar a instituição de ensino diminui para os meninos. Da mesma forma, Muñoz-Alvarado (2016) estabeleceram que as mulheres têm menor probabilidade de abandonar seus estudos em relação aos homens. Resultados similares foram encontrados por Guimarães & Lima (2018), que demonstram que alunos do sexo masculino são mais propensos ao abandono escolar. De qualquer forma, deve-se considerar que muitas meninas se envolvem com atividades domésticas dentro e fora do lar, sendo muitas destas invisibilizadas (Pérez-Medina & Ocampo-Pedraza, 2016).

A idade é outro fator chave para a criança estar alocada ou não no mercado de trabalho. Nesse sentido, à medida que o indivíduo fica mais velho, tem suas chances de frequentar a escola reduzidas. Assim, os efeitos marginais demonstram que um ano adicional aumenta a probabilidade de que as crianças estudem e trabalhem, só trabalhem e que não executem nenhuma dessas atividades; e contrariamente diminui as chances de que elas frequentem a escola. Efetivamente, Tovar *et al.* (2015) indicam que à medida que aumenta a idade, também é elevada a probabilidade de que a criança realize atividades laborais, independentemente se ela estuda ou não. Além disso, Machado & Oliveira (2014) concluíram que a idade está diretamente relacionada com a incidência de trabalho infantil no Rio Grande do Sul, Brasil. Resultados semelhantes foram obtidos por (Cacciamali *et al.*, 2010).

Além disso, se a criança fala somente a língua nativa indígena *guaraní* apresenta menor probabilidade de estudar e mais chances de trabalhar, o que é evidenciado pelos efeitos marginais. Então, as chances de não trabalhar nem estudar, assim como só trabalhar, estudar e trabalhar são mais elevadas se a criança só fala *guaraní*. Resultados similares foram encontrados no estudo da EANA (2011), ou seja, crianças que falam somente a língua *guaraní* possuem maior probabilidade de estarem alocadas em atividades laborais. Nesse sentido, o Paraguai é um país bilíngue, o que pode ser um fator diferencial com relação a algumas características ou comportamentos das pessoas em determinados setores. Logo, a língua falada influencia significativamente o trabalho infantil e a assistência escolar (OIT & DGEEC, 2013). O fato de a criança falar somente *guaraní* pode causar sua deserção escolar, já que o estudante não se sente identificado com a realidade social e cultural do local onde está inserido (Peroni-Franco, 2017).

Por outro lado, se o chefe de família é do gênero masculino a probabilidade de a criança estar alocada no mercado laboral diminui. Consequentemente, os efeitos marginais indicam que a presença do chefe de família masculino no lar eleva as chances de que a criança somente esteja estudando e diminui as probabilidades de que elas trabalhem e estudem, assim como só trabalhem. Nesse sentido, Cacciamali *et al.*, (2010) assinalam que o fato de o chefe de família ser do sexo masculino age em sentido contrário ao fenômeno de trabalho infantil. Da mesma forma, Mesquita (2015) aponta que as famílias chefiadas por mulheres afetam negativamente o bem estar das crianças, ou seja, aumenta o risco de trabalho infantil. Isso ocorre devido ao fato de que no geral o salário feminino é inferior ao masculino, ou seja, as mulheres trabalhando a mesma quantidade de horas, com similares anos de educação e experiência laboral, recebem menores rendimentos em relação aos homens (Penha *et*

al., 2021). Assim, a discriminação salarial por gênero pode influir na alocação das crianças no trabalho infantil para compensar a escassez de rendimentos familiares.

Contrariamente do que é estabelecido pela literatura, a variável chefe_ocupado apresentou impacto positivo sobre a probabilidade de que as crianças trabalhem. Isso significa que se o chefe de família está ocupado, as chances de que a criança trabalhe aumentam. Os efeitos marginais demonstram que o fato de o chefe estar ocupado eleva a probabilidade de que as crianças só trabalhem, estudem e trabalhem, além de reduzir as chances de que elas só estudem e não realizem nenhuma atividade. Segundo Cacciamali *et al.*, (2010), a probabilidade de incidência de trabalho infantil é maior se o chefe do domicílio está ocupado informalmente. Nesse sentido, segundo o Relatório do Banco Mundial (2019), o Paraguai se situa entre os países com o maior nível de emprego informal entre as economias de rendimento médio alto, apresentando uma taxa de 71% de informalidade. Desse modo, a elevada taxa de informalidade da economia paraguaia gera desigualdade e prejudica a capacidade do Estado em redistribuir os rendimentos e orientar a transformação estrutural da economia. Da mesma forma, o emprego informal limita a cobertura da segurança social dos trabalhadores (OCDE, 2018).

No que tange a variável que indica a quantidade de pessoas nos domicílios (num_pes_dom), seu coeficiente denota que à medida que aumenta um filho no domicílio, a probabilidade de que as crianças estejam estudando diminui. Os efeitos marginais reforçam esse resultado, já que as chances de que as crianças estejam somente estudando se reduzem. Concomitantemente, a probabilidade de que elas só trabalhem ou não realizem nenhuma das atividades aumenta. Esse resultado vai ao encontro daquele encontrado por Tovar *et al.* (2015), onde fora constatado que famílias com maior número de filhos aumentam a probabilidade

de que as crianças sejam enviadas para o trabalho, independentemente de combinarem esta atividade com o estudo ou não; além de reduzir a probabilidade de que as crianças estudem exclusivamente. Nessa mesma linha, o estudo de Orraca (2014), que objetiva analisar as causas do trabalho infantil no México, denota que ter um número maior de filhos está associado com menor probabilidade de assistência escolar e maior participação no mercado laboral das crianças. Este resultado reflete o fato de que famílias com maior quantidade de membros no lar tendem a ser mais pobres, além de enfrentarem maiores restrições econômicas.

Outra constatação referente ao modelo estimado é a de que residir na área urbana é um fator importante para reduzir o trabalho infantil e aumentar a escolaridade das crianças. Assim, os efeitos marginais indicaram que morar na área urbana diminuiu a probabilidade de que as crianças não estudem nem trabalhem, só trabalhem, e estudem e trabalhem, mas elevam as chances de que elas só estudem. O fator locacional também se mostrou um importante determinante do trabalho infantil no estudo de Pérez-Medina & Ocampo-Pedraza (2016). Os autores demonstraram que se a família reside na zona rural, a probabilidade de que a criança desenvolva alguma atividade laboral aumenta. No Paraguai, as famílias que possuem crianças e adolescentes entre 5 e 17 anos de idade que se dedicam a agricultura familiar caracterizam-se por serem numerosas; com baixo nível de instrução; com menores níveis de rendimentos relativos dos pais; por utilizarem geralmente a mão-de-obra familiar nas atividades agrícolas; além de se dedicarem estritamente a produção de produtos para subsistência (OIT & DGEEC, 2016).

A inclusão das variáveis *dummies* na estimação teve como objetivo captar a heterogeneidade não observada entre os departamentos sobre a ocorrência do fenômeno (Machado & Oliveira, 2014). Em relação às variáveis de localização, nem todas foram estatisticamente

significativas. Isso pode dever-se ao fato de que o trabalho infantil não apresenta uma concentração específica em certos departamentos (Pérez-Medina & Ocampo-Pedraza, 2016).

Por fim, no referido às *dummies* referentes aos departamentos, observa-se que os coeficientes foram significativos para a decisão de trabalhar para a maioria deles. Seguindo as estatísticas descritivas, considerou-se como departamento de referência a capital do país, Assunção, por apresentar menores taxas de trabalho infanto-juvenil. Os resultados assinalam marcada diferença entre Assunção e os demais departamentos analisados. Assim, conclui-se que os demais departamentos incluídos na amostra apresentam maior probabilidade de realização de trabalho infantil em relação a Assunção.

c. Discussão

Para melhor compreensão dos resultados apresentados na subseção anterior, é necessário conhecer o contexto socioeconômico das crianças e adolescentes paraguaios. Assim, será possível compreender os fatores que influenciam a decisão das famílias em alocar seus filhos na escola e/ou em atividades laborais no país. É importante salientar que o trabalho infantil no Paraguai está relacionado a aspectos econômicos, demográficos e culturais. Nesse sentido, o país apresenta uma estrutura populacional primordialmente jovem, com grande percentagem de pessoas menores de 18 anos devido às elevadas taxas de fecundidade (OIT & DGEEC, 2016).

Além disso, a estrutura do sistema educacional paraguaio é composta pela Educação Escolar Básica (EEB) para crianças de 6 a 14 anos, aproximadamente; e o Ensino Médio para adolescentes de 15 a 17 anos, aproximadamente. Os resultados da EANA (2011) indicam que a frequência escolar diminui à medida que avançam os níveis de estudo, chegando inclusive a valores abaixo de 70% para adolescentes residentes em zonas rurais. Isso

significa que 3 em cada 10 adolescentes em zonas rurais e 1 em zonas urbanas do Paraguai não frequentam a escola (OIT & DGEEC, 2013).

Com relação à deserção ou ausência escolar no país, existem diversos fatores que geram esta problemática, tais como institucionais, socioculturais, familiares, bem como as percepções dos adolescentes sobre suas expectativas educacionais, profissionais e existenciais. No entanto, a principal causa do abandono escolar precoce é o trabalho infantil remunerado e não remunerado, tanto no setor rural como no urbano. No caso das adolescentes do ensino médio, a gravidez precoce age como outro determinante da deserção escolar (Peralta *et al.*, 2010).

Entre outros fatores relacionados aos maus resultados em termos educacionais no país tem-se a escassa oferta educacional; o elevado custo do material escolar; o cansaço de muitas crianças e adolescentes por ter que trabalhar antes ou depois de assistir as aulas; falar *guaraní* como principal língua; o relacionamento dos estudantes com seu ambiente caracterizado pela violência; o clima familiar negativo, com lares onde existe instabilidade, que repercute no rendimento escolar; a deficiente infraestrutura educacional (móveis, laboratórios de ciência, sala de informática, bibliotecas, restaurantes); o fato de os familiares se dedicarem em sua grande maioria a empregos e ofícios que não requerem formação acadêmica; o desinteresse dos jovens pelos seus estudos associado a impossibilidade de estabelecer um vínculo entre o que se estuda e a realidade (OIT & DGEEC, 2016; Peralta *et al.*, 2010; Peroni-Franco, 2017).

Por outro lado, segundo os resultados da EANA (2011), as razões pelas quais crianças e adolescentes de 10 a 17 anos realizam alguma atividade laboral são as seguintes: 34,1% responderam que desejam trabalhar; outros 27,3% disseram que trabalham para ajudar com as despesas do lar ou alguma dívida fa-

miliar; e outros 14,6% trabalham para ter seu próprio dinheiro. Em menores escalas, descobriu-se que 7,5% e 7,3% trabalham para ter um ofício ou para pagar seus estudos, respectivamente, enquanto que os 9,1% restantes trabalham por outras razões (OIT & DGEEC, 2013).

Em relação à quantidade de horas dedicadas pelas crianças ou adolescentes ao trabalho infantil, seja em ocupação principal ou secundária, se evidencia que são empregadas 21,7 horas semanais, em média, ou 3,1 horas em média por dia. A intensidade dos dias dos meninos e adolescentes do sexo masculino é maior em relação às meninas e adolescentes mulheres. Nesse sentido, para eles, a semana de trabalho é composta por 23,1 horas em média, enquanto as meninas e adolescentes do sexo feminino possuem uma média de 18,9 horas semanais trabalhadas. Ainda, à medida que a criança envelhece, aumenta a média de horas que ela trabalha. Logo, o grupo de 5 a 9 anos trabalha em média 10,8 horas semanais; o seguinte grupo, de 10 a 13 anos de idade, apresenta um ligeiro aumento (em média, 14,6 horas por semana); enquanto os adolescentes de 14 a 17 anos duplicam o número de horas em relação ao grupo anterior e trabalham 28 horas por semana (em média), ou 4 horas diárias, considerando os sete dias da semana (OIT & DGEEC, 2013).

No que tange as tarefas domésticas, mais de 66% das crianças e adolescentes realizam esta atividade dentro e fora de casa. Contrariamente em relação a outras atividades econômicas onde a participação masculina é superior, neste caso são as meninas que realizam primordialmente tal ofício. Especificamente, um fenômeno muito comum no Paraguai é o *criadazgo*, onde uma família cede seu filho/a terceiros para que lhe seja proporcionada educação e manutenção, em troca de que a criança realize tarefas domésticas não remuneradas (Arce *et al.*, 2019). Muitas destas crianças encontram-se em situação de servidão domésti-

ca, são vítimas de violência e de abusos, além de vulnerabilidade ao tráfico para fins sexuais (Bureau of International Labor Affairs, 2019).

Cabe ainda salientar que além das consequências sobre o nível educacional, o fenômeno do trabalho infantil também afeta a saúde das crianças, causando-lhes acidentes, doenças, intoxicações, lesões ou agressões, com impactos que perduram no tempo, tem consequências inclusive sobre seu pleno desenvolvimento. No caso das crianças e adolescentes das zonas rurais, o trabalho não está necessariamente ligado a agricultura familiar. Portanto, na maior parte do tempo, o trabalho é desenvolvido ao ar livre, ficando assim a criança exposta às condições climáticas. Além disso, nas zonas rurais, os indivíduos têm que percorrer maiores distâncias para ter acesso aos serviços de saúde em comparação às zonas urbanas (OIT & DGEEC, 2016).

Outro risco que sofrem as crianças e adolescentes alocadas no mercado de trabalho é relativo à violência laboral. Este tipo de violência se refere àquela exercida sobre a criança de forma direta através de atos, comentários, proposições ou comportamentos com conotação sexual ou não, que possam ameaçar o bem-estar físico e psicológico das mesmas (OIT & DGEEC, 2013; Peralta *et al.*, 2010).

Desse modo, é possível concluir que o trabalho infantil é um fenômeno complexo, produto da interação de problemas econômicos, sociais e culturais de um país e com consequências para a saúde e nível educacional das crianças, que perduram no tempo (OIT & DGEEC, 2013). Meninas, meninos e adolescentes alocados no mercado laboral devem resignar-se a não frequentar a escola, brincar ou descansar, por ter que assumir a responsabilidade de realizar tarefas inadequadas para sua idade, expondo seu desenvolvimento integral. É possível ressaltar ainda que as consequências do trabalho infantil evidenciam-se no âmbito educacional a partir do abandono escolar ou baixo rendimento acadêmico, além das conse-

quências sobre o estado de saúde devido principalmente a acidentes, doenças, intoxicações e lesões causados no lugar de trabalho (OIT & DGEEC, 2016).

Considerações finais

O trabalho infantil é um fenômeno que afeta todos os países em desenvolvimento sem distinção, sendo um problema ligado a pobreza e à desigualdade de rendimentos das nações. Nesse sentido, os pais que não possuem recursos necessários para satisfazer as necessidades básicas familiares recorrem a esta prática para subsistir. Por conseguinte, as famílias que estão abaixo da linha da pobreza extrema têm maior incidência de trabalho infantil, que possui diversas consequências sobre o pleno desenvolvimento de crianças e adolescentes.

Neste sentido, as crianças devem dividir o seu tempo entre frequentar a escola e participar de atividades laborais remunerada ou não, e consequentemente se privam de adquirir habilidades e conhecimentos que lhes permitiria obter um trabalho mais bem remunerado no futuro e, assim, romper o círculo intergeracional de pobreza. Além disso, a inserção precoce de crianças no mercado de trabalho pode afetar o estado de saúde e o bem-estar geral delas, uma vez que estão expostas a múltiplos ofícios com elevado grau de periculosidade.

Com a finalidade de romper o círculo intergeracional da pobreza em vários países da América Latina e do mundo foram implementados os programas sociais de transferências monetárias. Estes programas de transferências dividem-se em duas classes: os programas TMnC, que se caracterizam por não impor sanções por seu descumprimento; e os programas de TMC, que impõem regras aos pais para que sejam beneficiários. Entre os requisitos dos programas TMC figuram a obrigação dos pais em enviar seus filhos à escola, assim como realizar exames médicos regulares e receber as vacinas necessárias.

No geral, os programas de transferências monetárias condicionais conseguiram reduzir as taxas de pobreza, bem como aumentar a frequência escolar das crianças e adolescentes na América Latina. Essas experiências bem-sucedidas em outros países da região resultaram na implementação do Programa *Tekoporã* no Paraguai em 2005. Nesse sentido, o *Tekoporã* é um programa social orientado para a proteção e promoção das famílias em situação de pobreza e vulnerabilidade. Nessa perspectiva, seu objetivo principal é melhorar a qualidade de vida dos cidadãos através do acesso a saúde, alimentação e educação, a fim de reduzir a transmissão intergeracional da pobreza.

Assim, considerando o exposto anteriormente, este trabalho teve como objetivo central avaliar o efeito do programa de transferências monetárias condicional *Tekoporã* sobre a probabilidade de ocorrência de trabalho infanto-juvenil no Paraguai utilizando os dados da *Encuesta Permanente de Hogares Continua* (EPHC) de 2019. Para tal, foi utilizado um modelo Probit Bivariado (Biprobit), que permite estimar conjuntamente a influência do Programa sobre a incidência de trabalho infantil e frequência escolar de crianças e adolescentes paraguaios.

Os principais resultados demonstraram que o Programa *Tekoporã* eleva a probabilidade de que as crianças e adolescentes das famílias beneficiárias frequentem a escola e diminui as chances de que eles trabalhem. Assim, o Programa cumpre um dos seus objetivos estabelecidos em seu manual operacional, que é o envio dos filhos à escola. Por outro lado, apesar de o Programa não ter como objetivo central reduzir o trabalho infantil, os resultados demonstram que *Tekoporã* consegue minorá-lo. Nesse caso, o Programa, especificamente, diminui a probabilidade de que as crianças e adolescentes só trabalhem, trabalhem e estudam, e nem estudem nem trabalhem.

Finalmente, a partir dos resultados, é importante destacar a importância das condicio-

nalidades dos programas sociais de transferência de renda, particularmente no que se refere à frequência escolar. No caso do Programa Tekoporá e de grande parte dos demais programas, deve haver maior atenção e esforços nas zonas rurais dos países, que é geralmente onde o fenômeno do trabalho infantil se intensifica, gerando mais prejuízos ao desenvolvimento infanto-juvenil integral.

Referencias bibliográficas

- Alderman, H., Behrman, J. R., & Tasneem, A. (2019). The Contribution of Increased Equity to the Estimated Social Benefits from a Transfer Program: An Illustration from PROGRESA/Oportunidades. *The World Bank Economic Review*. 33(3), 535-550.
- Araújo, A. A. de, Gomes, M. F. M., & Lima, J. E. (2014). Influência do Programa Bolsa Família na redução do trabalho infantil: evidências para o Nordeste brasileiro. *Rev. Econ. NE*. 45(3), 33-45.
- Araújo, G. S., Ribeiro, R., & Neder, H. D. (2010). Impactos do Programa Bolsa Família sobre o Trabalho de Crianças e Adolescentes Residentes na Área Urbana em 2006. *Economia*. 11(4), 57-102.
- Arce, L., Rojas, G., Torales, J., & Laconich, M. (2019). *Paraguay y la Unión Europea. SGP+ y el Trabajo Infantil Peligroso en Paraguay*. <http://www.cadep.org.py/uploads/2018/08/SGP-y-el-Trabajo-Infantil-en-Paraguay.pdf>
- Banco Mundial. (2019). *Informe sobre el desarrollo mundial 2019: La naturaleza cambiante del trabajo*. <https://doi.org/10.1596/978-1-4648-1328-3>
- Blofield, M. (2019). The Politics of Social Policies in Latin America. *Latin American Research Review*. 54(4), 1056-1064.
- Bruno, S. & Osorio, A. (2015). *La pobreza infantil multidimensional en Paraguay*. <https://www.unicef.org/paraguay/sites/unicef.org.paraguay/files/2019-02/unicefpy-pobrezamultidimensional.pdf>
- Bureau of International Labor Affairs. (2019). *2018 Findings on the Worst Forms of Child Labor: Paraguay*. https://www.dol.gov/sites/dolgov/files/ILAB/child_labor_reports/tda2018/Paraguay.pdf
- Cacciamali, M. C., Tatei, F. & Batista, N. F. (2010). Impacts of the Bolsa Família program on child labor and school attendance. *Revista de Economía Contemporánea*. 14(2), 269-301.
- Canelas, C. & Niño-Zarazúa, M. (2019). Schooling and Labor Market Impacts of Bolivia's *Bono Juancito Pinto* Program. *Population and Development Review*. 45(S1), 155-179.
- Cunha, M. S. & Vasconcelos, M. R. (2015). Fecundidade e participação no mercado de trabalho brasileiro. *Nova Economia*. 26(1), 179-206.
- DGEEC. (2020). *Principales resultados de pobreza monetaria y distribución de ingreso EPHC 2019*. Dirección General de Estadística, Encuestas y Censos. https://www.dgeec.gov.py/Publicaciones/Biblioteca/documento/5781_Pobreza_Monetaria_2019_Boletin.pdf
- Dinku, Y. (2019). The Impact of Public Works Programme on Child Labour in Ethiopia. *South African Journal of Economics*. 87(3), 283-301.
- Ferreira-Batista, N. & Cacciamali, M. C. (2012). Migração familiar, trabalho infantil e ciclo intergeracional da pobreza no estado de São Paulo. *Nova Economia*. 22(3), 515-554.
- Forero-Quiroga, M. B. (2006). Trabajo infantil en los niños y jóvenes beneficiarios del programa familias en acción: una evaluación de impacto. *Archivos de Economía*. <https://www.repositorio.fedesarrollo.org.co/handle/11445/1098>
- Garicoche, J. (2015). *La lucha contra la pobreza rural en Paraguay*. <https://desarrollo.org.py/publicaciones/nota-de-politica-la-lucha-contra-la-pobreza-rural-en-paraguay/>
- González-Delgado, J. D. (2015). Contribution of the Social Program Tekoporá in the formation of Human Capital of children and adolescents that are its beneficiaries in Paraguay.

- 2005-2014. *Población y Desarrollo*. 21(41), 29-34.
- Guimarães, A. M. & Lima, A. F. R. (2018). *Determinação de fatores associados ao abandono escolar: uma análise do Ensino Médio Goiano*. <https://www.imb.go.gov.br/estudos/estudos-imb/determinacao-de-fatores-associados-ao-abandono-escolar-uma-analise-do-ensino-medio-goiano-marco-2018.html>
- Kassouf, A. L. (2007). O que conhecemos sobre o trabalho infantil? *Nova Economia*. 17(2), 323-350.
- Machado, G. C. & Oliveira, C. A. (2014). Programas de Transferência de Renda e Trabalho Infantil no Rio Grande do Sul. *Economic Analysis of Law Review*. 5(1), 99-117.
- Mata, C. & Hernández, K. (2015). Evaluación de impacto de la implementación de transferencias monetarias condicionadas para educación secundaria en Costa Rica (Avancemos). *Revista de Ciencias Económicas*. 33(1), 9.
- Mesquita, S. P. De. (2015). *Ensaio sobre Trabalho Infantil* [Universidade Federal da Paraíba Centro]. Em *Universidade Federal da Paraíba Centro*. https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/tede/8116/2/arquivo_total.pdf
- Meyer, S. R., Yu, G., Rieders, E. & Stark, L. (2020). Child labor, sex and mental health outcomes amongst adolescent refugees. *Journal of Adolescence*. 81, 52-60.
- Ministerio de Hacienda. (2016). *Convenio de cooperación técnica no reembolsable-programa de apoyo a la gestión del Ministerio de Hacienda en materia de política social y de empleo-atn/oc-11770-pr consultoría "evaluación de impacto de los programas Tekoporã y Abrazo"*. [http://biblioteca.mds.gov.py:8080/bitstream/handle/123456789/236/2016 MH- BID-TEKOPORA Informe final de evaluación de impacto 10 06 2016.pdf?sequence=1&isAllowed=y](http://biblioteca.mds.gov.py:8080/bitstream/handle/123456789/236/2016%20MH-BID-TEKOPORA%20Informe%20final%20de%20evaluación%20de%20impacto%2010%2006%202016.pdf?sequence=1&isAllowed=y)
- Molina Millán, T., Macours, K., Maluccio, J. A. & Tejerina, L. (2020). Experimental long-term effects of early-childhood and school-age exposure to a conditional cash transfer program. *Journal of Development Economics*. 143, 102385.
- Monte, P. A. do. (2008). Exploração do Trabalho Infantil no Brasil: Consequências e Reflexões. *Economia*. 9(3), 625-650.
- Muñoz-Alvarado, J. A. (2016). Avancemos: Efectos sobre el abandono educativo en el hogar de personas beneficiarias. *Revista Electrónica Educare*. 20(1), 1-22.
- Niño-Zarazúa, M. (2019). Welfare and Redistributive Effects of Social Assistance in the Global South. *Population and Development Review*. 45(S1), 3-22.
- OCDE. (2018). *Estudio multidimensional de Paraguay Volumen 2. Análisis detallado y recomendaciones*. [http://www.oecd.org/development/mdcr/countries/paraguay/Vol_2_Executive_Summary_and_Overview_\(Spanish\).pdf](http://www.oecd.org/development/mdcr/countries/paraguay/Vol_2_Executive_Summary_and_Overview_(Spanish).pdf)
- OIT & DGEEC. (2013). *Magnitud y características del trabajo infantil y adolescente en el Paraguay Encuesta Nacional de Actividades de Niños, Niñas y Adolescentes, EANA 2011 Programa Internacional para la Erradicación del Trabajo Infantil (IPEC)*. <https://www.deque-ni.org.py/es/userfiles/files/paraguay-informe-actividades.pdf>
- OIT & DGEEC. (2016). *Trabajo infantil y adolescente en el sector rural agrícola, pecuario, forestal y de pesca y piscicultura en Paraguay - Encuesta de actividades de niños, niñas y adolescentes – EANA RURAL 2015*. [https://www.dgeec.gov.py/Publicaciones/Biblioteca/eana_rural2015/PUBLICACION EANA RURAL 2016 \(14.09.16\).pdf](https://www.dgeec.gov.py/Publicaciones/Biblioteca/eana_rural2015/PUBLICACION%20EANA%20RURAL%202016%20(14.09.16).pdf)
- Orraca, P. (2014). El trabajo infantil en México y sus causas. *Problemas del Desarrollo*. 45(178), 113-137.
- Penha, D. de L. B., Cuenca-López, A. D., & Cassuse, F. C. da C. (2021). Discriminación salarial por género en el mercado de trabajo del Paraguay: análisis del sector formal, zona metropolitana y zona fronteriza con Brasil. *Estudios económicos*. 38(76), 5-43. <https://revistas.uns.edu.ar/ee/article/view/1979/1245>

- Peralta, N., Misiego, P. & Prieto, J. (2010). *La deserción escolar en Paraguay: características que asume la educación media*. http://biblioteca.clacso.edu.ar/Paraguay/id/20170405050859/pdf_782.pdf
- Pérez-Medina, H. R., & Ocampo-Pedraza, O. (2016). *Determinantes de la oferta de trabajo infantil y escolaridad en Colombia 2014* [Pontificia Universidad Javeriana]. <https://repository.javeriana.edu.co/bitstream/handle/10554/21044/PerezMedinaHosannaReenee2016.pdf?sequence=1&isAllowed=y>
- Peroni-Franco, E. (2017). *Factores que inciden en la deserción escolar de los estudiantes de tercer ciclo en Paraguay* [Pontificia Universidad Javeriana]. <http://repository.javeriana.edu.co/handle/10554/21866>
- Santacruz, G. (2016). El trabajo infantil en Paraguay. *Población y Desarrollo*. 14(26), 73-81.
- Santander, H. & Robles, M. (2004). *Paraguay, pobreza y desigualdad de ingresos a nivel distrital*. 1-139. http://www.ciesin.columbia.edu/repository/povmap/methods/Poverty_Map_Paraguay.pdf
- Scarlato, M. & d'Agostino, G. (2019). The Political Dimension of Cash Transfers in Latin America and Sub-Saharan Africa: A Comparative Perspective. *Politics & Policy*. 47(6), 1125-1155.
- Secretaria de Acción Social. (2016). *Manual Operativo del Programa Tekoporá*. <https://www.mds.gov.py/index.php/programas/tekopora>
- Serafini, V., & Molinier, L. (2018). *Desigualdades departamentales, el gasto y el financiamiento del desarrollo territorial*. <http://www.decidamos.org.py/fiscalidad/wp-content/uploads/2018/05/resumen-12-Desigualdades-WEB.pdf>
- Sobreira, D. B., Morais, G. A. de S., Silva, A. F. da & Costa, L. V. (2016). Trabalhar ou estudar? A influência do background familiar na ocupação das crianças no estado de Pernambuco. *V Encontro Pernambucano de Economia - Transformações da estrutura produtiva de Pernambuco*. http://www.clickpe.com/v_enpe-con/arquivos/resumos/eco_per_trabalhar_ou_estudar.pdf
- Tovar, L., Castillo, M. & Ureña, S. (2015). Determinantes del trabajo infantil y la escolaridad: el caso del Valle del Cauca en Colombia. *Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud*. <http://biblioteca.clacso.edu.ar/Colombia/alianza-cindeumz/20131114073518/art.SebastianUAbadia.pdf>
- Vacaflares, D. E. & LeSage, J. P. (2020). Spillover effects in adoption of cash transfer programs by Latin American countries. *Journal of Geographical Systems*. 22(2), 177-199.
- Villa, J. M. & Niño-Zarazúa, M. (2019). Poverty dynamics and graduation from conditional cash transfers: a transition model for Mexico's Progresa-Oportunidades-Prospera program. *Journal of Economic Inequality*. 17(2), 219-251.